

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.408.618 - SP (2018/0317804-0)

RELATOR : **MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO**
AGRAVANTE : **BEACH PARK HOTEIS E TURISMO S/A**
ADVOGADOS : **PAULO NAPOLEÃO GONÇALVES QUEZADO - CE003183**
 YASMINE D'ARAUJO MALUF ALARCON - SP182719
 MABEL DE CARVALHO SILVA PORTELA - CE013909
AGRAVADO : **MARIA FERNANDA DI PROSPERO**
ADVOGADOS : **ORESTES FERNANDO CORSSINI QUÉRCIA - SP145373**
 FERNANDO SÉRGIO PIFFER - SP223071
 OSVALDO MARCHINI FILHO - SP152833

EMENTA

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL (2015). RESPONSABILIDADE CIVIL. DANO MORAL. EXORBITÂNCIA DA INDENIZAÇÃO NÃO CARACTERIZADA. REEXAME. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO CONHECIDO PARA NÃO CONHECER DO RECURSO ESPECIAL.

DECISÃO

Vistos etc.

Trata-se de agravo interposto contra decisão do Tribunal do Estado de São Paulo que inadmitiu recurso especial manejado contra acórdão assim ementado (e-STJ Fl. 743):

DANOS MATERIAIS E MORAIS - INDENIZAÇÃO - Parcial procedência decretada - Incontroverso o acidente envolvendo a requerente que caiu no estabelecimento demandado (Resort - Hotel) ao trafegar em local sem sinalização e iluminação adequada e perigoso em razão de escada de acesso a pavimento - Fraturas na perna direita, o que demandou tratamento médico (intervenção cirurgia e fisioterapia) - Falha na prestação dos serviços caracterizada - Dever de indenizar, ainda que considerada a concorrência da autora para o evento (queda), ao portar no colo sua neta e não se ater à presença do cone colocado sobre o buraco (art. 945 do Código Civil) - Situação que deve ser levada em consideração na fixação do montante indenizatório - Danos materiais corretamente arbitrados - Danos morais - Ocorrência - Culpa verificada estabelecida em sua conduta - Alteração do cotidiano da vítima - Arbitramento no valor de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais) que se mostra razoável e em consonância com a regra do artigo 944 do Código Civil - Majoração e/ou Redução descabida - Sentença mantida - Recursos improvidos.

Opostos embargos de declaração (e-STJ, fls. 752-761), foram rejeitados (e-STJ, fls.764-766).

Nas razões de seu recurso especial sustenta a parte recorrente a vulneração aos artigos 944 e 945 do Código Civil de 2002. Insurge-se contra o montante referente à indenização a título de danos morais ao qual foi condenada, porquanto *"O valor fixado de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais) não condiz nem com a gravidade da lesão sofrida pela Recorrida e nem com a caracterização da culpa recíproca."* (e-STJ, fl. 783)

Sem contrarrazões.

É o relatório.

Passo a decidir.

A irresignação da recorrente não merece prosperar.

Compulsando os autos, verifica-se que o Tribunal de origem decidiu por manter o valor da indenização estabelecido na sentença.

Consta no acórdão recorrido que (e-STJ, fls. 747/748) :

"A reparação pelo dano é consequência da prova inequívoca do abalo moral, que como resultado prático deve gerar o descrédito da autora e aqui apelante em seu meio social, cumprindo anotar, ainda, que é necessário que se tome absolutamente certo, indubitoso, que entre a conduta da ré e o prejuízo alegado pela autora, há nexo de causalidade, o que se vislumbra presente no caso em exame. A sensibilidade moral da autora não pôde alcançar a pretensão indenizatória que reclama.

***Feitas tais considerações, considerada toda a situação fática, mormente a extensão do dano, correto o valor arbitrado em primeiro grau (R\$ 25.000,00), sendo descabida a majoração e tampouco a redução pretendida pelo réu."* (grifo nosso)**

De sorte, nenhum reparo há de ser realizado.

Acerca do valor da indenização, não se justifica, *in casu*, a excepcional intervenção do STJ a fim de revisar o valor da compensação por danos morais. Verifica-se que a quantia de R\$ 25.000,00 não se mostra exorbitante diante das minúcias do caso em destaque, ao contrário, este valor mostra-se proporcional,

razoável e condizente com a realidade dos autos.

Temos que o montante compensatório a título de dano moral deve ser fixado considerando o método bifásico, norteador do arbitramento equitativo exercido pelo juiz, o qual analisa o interesse jurídico lesado e as peculiaridades ocorridas no caso para a definição do *quantum*.

Portanto, ressaltadas a proporcionalidade e a razoabilidade do *quantum* indenizatório, alterar essa quantia esbarra no óbice da Súmula nº 07/STJ.

Nesse sentido:

"AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PLANO DE SAÚDE. 1. ATRASO INJUSTIFICADO NA AUTORIZAÇÃO DE PROCEDIMENTO CIRÚRGICO URGENTE, ACARRETANDO, COM ISSO, O AGRAVAMENTO DA SAÚDE DA SEGURADA. DANO MORAL CONFIGURADO. ALTERAÇÃO DO ACÓRDÃO RECORRIDO. IMPOSSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ. 2. MONTANTE INDENIZATÓRIO. PLEITO DE REDUÇÃO. NÃO DEMONSTRADA A ABUSIVIDADE NO VALOR FIXADO NAS INSTÂNCIAS ORDINÁRIAS. SÚMULA 7/STJ INCIDENTE, MAIS UMA VEZ. 3. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO.

1. A alteração do entendimento vertido no aresto impugnado (acerca da ocorrência de ato ilícito ensejador de danos morais, sobretudo a respeito da urgência que o caso requeria para se realizar a cirurgia) demandaria o reexame dos fatos e das provas destes autos, o que não se admite nesta instância extraordinária, ante o óbice da Súmula 7/STJ.

2. O valor arbitrado a título de danos morais pelo Julgador a quo

observou os critérios de proporcionalidade e de razoabilidade, visto

que o montante fixado não se revela exorbitante, e sua eventual

redução demandaria, também, reexame de provas (Súmula n. 7/STJ).

3. Agravo interno desprovido" (AgInt no AREsp 1056675/RJ, Rel.

Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, DJe 26/06/2017).

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO (ART. 544 DO CPC/73) - AÇÃO CONDENATÓRIA - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECLAMO - INSURGÊNCIA DA

AUTORA .

[...]

3. A análise da insurgência com relação ao valor indenizatório arbitrado pelas instâncias ordinárias a título de danos morais esbarra na vedação prevista na Súmula 7 do STJ. Apenas em hipóteses excepcionais, quando manifestamente irrisórias ou exorbitantes as quantias fixadas, é possível a revisão do quantum por esta Corte, situação não verificada no caso dos autos. Precedentes.

4. A revisão da distribuição dos ônus sucumbenciais envolve ampla análise de questões de fato e de prova, consoante as peculiaridades de cada caso concreto, o que é incompatível com a via especial, nos termos da Súmula 7/STJ.

5. A incidência da Súmula 7 desta Corte impede o exame de dissídio jurisprudencial, porquanto falta identidade entre os paradigmas apresentados e os fundamentos do acórdão, tendo em vista a situação fática do caso concreto, com base na qual a Corte de origem deu solução a causa.

6. Agravo interno desprovido.

(AgInt no AREsp 839.881/GO, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 12/12/2017, DJe 01/02/2018)

Em razão da incidência da Súmula 7/STJ, o não conhecimento deste recurso é medida que se impõe.

Por fim, considerando-se o disposto no § 11 do art. 85 do Código de Processo Civil de 2015, arbitro os honorários recursais em R\$ 400,00 (quatrocentos reais), a serem suportados pela parte recorrente, em acréscimo àqueles da sucumbência do caso, observado o benefício da gratuidade de justiça eventualmente concedido.

Ante o exposto, conheço do agravo, para não conhecer do recurso especial.

Intimem-se.

Brasília (DF), 12 de junho de 2019.

MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO
Relator